

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL, POSSÍVEIS ENCONTROS

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/198431781112015074>

Nanci Cecília de Oliveiras Veras¹

RESUMO

Neste artigo, faremos uma reflexão sobre possíveis encontros entre a psicopedagogia institucional e a educação de surdos no Brasil. Abordaremos questões referentes ao bilinguismo no contexto educacional e o sujeito surdo. Assim como, implicações contidas em possíveis propostas institucionais com ênfase na valorização do sujeito surdo. A metodologia utilizada foi bibliográfico-descritivo-descritiva. Os resultados apontam que a psicopedagogia no contexto institucional é semelhante aos pontos que entrelaçam uma teia, podendo colaborar na educação de surdos como aquele espaço em que os saberes se encontram e possibilitam o emergir de uma educação em que o foco é o sujeito linguístico.

Palavras-chave: educação, surdo, psicopedagogia

INSTITUTIONAL PSYCHOPEDAGOGY AND DEAF EDUCATION IN BRAZIL, POSSIBLE MEETINGS.

ABSTRACT

In this article we will do a reflection about possible meetings between institutional psychopedagogy and deaf education in Brazil. We will discuss issues related to bilingualism in the educational context and the deaf subject. As well as possible implications contained in institutional proposals focused on valuing the deaf subject. The methodology used was bibliographic-descriptive. The results indicate that the psychopedagogy in the institutional context is similar to the points that intertwine a cobweb and can collaborate in deaf education as that space where knowledge are and allow the emergence of an education where the focus is the language subject.

Keywords: education; deaf; psychopedagogy.

¹ Psicóloga - Creas- Palhoça Licenciatura em Letras Libras, Psicopedagoga, Acadêmica de Pós graduação em Educação Especial e Inclusiva

Introdução

Ao propor discutir aspectos referentes à psicopedagogia institucional sobre a educação de surdos no Brasil, considera-se necessário situar alguns momentos históricos que influenciaram a educação de surdos.

Primeiro abordamos a temática do ponto de vista histórico com ênfase na educação de surdos no Brasil e concepções de políticas públicas no Brasil. No segundo momento comentamos sobre as concepções referentes às políticas públicas no Brasil. Outro momento de reflexão é a percepção do sujeito enquanto bilíngue e os valores subjetivos que emergem desse contexto. Entrelaçados a esses contextos de reflexão, buscamos contextualizar possibilidades de pensar que envolvam a psicopedagogia institucional e as micro relações no contexto educacional.

Desse modo, este artigo se propôs a refletir sobre a perspectiva de educação de surdos e a psicopedagogia institucional, com ênfase no contexto linguístico dos surdos.

A opção metodológica desse artigo foi a pesquisa bibliográfico-descritiva-descritiva e teve como base a averiguação de aspectos relacionados à educação de surdos e às práticas psicopedagógicas institucionais, com ênfase nos aspectos históricos, linguísticos e culturais.

Os resultados apontam que a psicopedagogia no contexto institucional é semelhante aos pontos que entrelaçam uma teia, podendo colaborar na educação de surdos como aquele espaço em que os saberes se encontram, dialogam e possibilitam o emergir de uma educação em que o foco é o sujeito linguístico. Consideramos que há necessidade de aprofundar a discussão e promovendo a emersão de outros saberes que venham a colaborar com a discussão sobre possíveis contribuições referentes a psicopedagogia institucional e a educação de surdos no Brasil.

Educação de surdos no Brasil e mitos sobre a Língua Brasileira de Sinais

A educação de surdos no Brasil tem vivenciado diversas interpretações sócio educacionais, cognitivas, históricas, antropológicas e linguísticas, que se constituíram como marcas nos corpos dos sujeitos surdos, provocando significados que estão “diretamente mergulhados num campo político”. (FOUCAULT, 1996, p.28)

Nesse contexto de significados sobre o sujeito surdo e a Língua Brasileira de Sinais, surgiram vários mitos, que revelam o desconhecimento e o estranhamento em relação a Libras.

Quadros, R. M. & Karnopp, L. B. (2004, p. 31-36) comentam alguns desses mitos:

A língua de sinais seria uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, incapaz de expressar conceitos abstratos. Haveria uma única e universal língua de sinais usada por todas as pessoas surdas. Haveria uma falha na organização gramatical da língua de sinais, que seria derivada das línguas de sinais, sendo um pidgin sem estrutura própria, subordinado e inferior às línguas orais. A língua de sinais seria um sistema de comunicação superficial, com conteúdo restrito, sendo estética, expressiva e linguisticamente inferior ao sistema de comunicação oral. As línguas de sinais derivariam da comunicação gestual espontânea dos ouvintes. As línguas de sinais, por serem organizadas espacialmente, estariam representadas no hemisfério direito do cérebro, uma vez que esse hemisfério é responsável pelo processamento de informação espacial, enquanto que o esquerdo, pela linguagem (QUADROS, 2004, p. 31-36).

Nessa perspectiva, em que mitos e discursos se encontram, a língua de diversos povos que habitam um mesmo território tem sofrido exclusões. Leite (2008) comenta que embora não ocorra:

[...] qualquer polêmica quanto ao fato de os surdos nascidos no Brasil serem considerados membros da nação brasileira, tal como qualquer outro cidadão ouvinte nascido aqui. Embora isso pareça constituir-se numa vantagem, o problema acarretado por tais circunstâncias não é menor: não somente a língua e cultura surdas carecem de um status igualitário frente à sociedade ouvinte; elas sequer são reconhecidas em sua diferença (LEITE, 2008, p.14).

O não reconhecimento, o não estar incluso, o não fazer parte, tem estado presente na vida dos surdos em suas micro relações sociais, educativas e afetivas. Relações essas que tem contribuído para os processos de exclusão sócio educacionais dos surdos no Brasil.

Educação de surdos no Brasil e Bilinguismo

Os surdos brasileiros têm como primeira língua a Libras - Língua Brasileira de Sinais e o Português brasileiro escrito, como segunda língua. Dessa forma, a educação de surdos no Brasil, segundo a legislação, é bilíngue.

O bilinguismo, segundo McCreary (2007) é compreendido como:

[...] o uso, dentro de uma mesma comunidade linguística, ou pela mesma pessoa, de mais de uma língua.

[...] o bi em bilinguismo quer dizer dois, mas a palavra "bilinguismo" pode ser usada para significar o uso de duas ou mais línguas (MCCLEARY, 2007, p.27).

O bilinguismo pode ser considerado individual ou social. Segundo McCreary (2007, p. 27). O bilinguismo individual caracteriza-se quando alguém “sabe, por exemplo, português e inglês”, independente do uso em sua comunidade. Já o social caracteriza-se, como o usado em uma comunidade, porém “nem sempre é reconhecido”.

O professor McCreary (2007) comenta que:

[...] um indivíduo bilíngue é qualquer pessoa que use mais de uma língua para se comunicar, mesmo minimamente. Só porque uma pessoa não é perfeitamente fluente numa segunda língua não significa que ela não possa ser considerada bilíngue (MCCLEARY, 2007, p.28).

Desse modo, quando nos referimos ao bilinguismo focalizando a educação bilíngue, também referimo-nos a valores contidos na língua de um povo, à sua diversidade e sua subjetividade.

No Brasil, por exemplo, a educação bilíngue tem sido vista como “um fator positivo, uma conquista, um valor, uma vantagem na hora de procurar emprego”. Ele é considerado positivo entre os ouvintes, mas “o bilinguismo do surdo é decididamente considerado do tipo ‘brega’” (MCCLEARY, 2006, p.289).

O bilinguismo surdo está ligado à imagem desse sujeito no contexto sócio educacional. Está ligado à visão que a sociedade tem do surdo, que por vezes é entendido pelo viés da surdez, em que o sujeito é compreendido como aquele que algo lhe falta e não como um sujeito em sua expressão de vida plena. A percepção do surdo pela ausência possibilita uma série de consequências nas relações familiares, sociais e educacionais, uma vez que, como afirma McCreary (2006),

[...] a vida de uma criança surda numa família de ouvintes que não use língua de sinais é sempre difícil, porque a criança não pode participar da conversa familiar. Mesmo assim, a criança interage com seus familiares, comunicando-se precariamente com sinais caseiros e sendo socializada (MCCLEARY, 2006, p.25).

Nesse sentido, a educação de surdos não está isolada da percepção sociocultural do espaço em que os surdos vivem.

E com ênfase na perspectiva cultural e antropológica para que os surdos tenham seu desenvolvimento educacional como os demais grupos linguísticos, é necessário que seja garantido o ensino em sua primeira língua, ou seja, no uso da Língua Brasileira de Sinais. A imagem negativa do bilinguismo surdo distancia-se de uma visão cultural e antropológica, em que o surdo tem sua cultura, sua língua e as condições de pleno desenvolvimento educacional.

Educação de surdos e psicopedagogia institucional na escola

Ao se pensar a psicopedagogia institucional no cenário da educação de surdos no Brasil, considera-se necessário situar alguns momentos históricos que influenciaram a educação de surdos, para que se contextualizem possibilidades de práticas psicopedagógicas no âmbito escolar institucional.

No século XIX, em 26 de setembro de 1857, D. Pedro II assinou a Lei 839, a qual criava o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, uma escola para meninos surdos de sete a catorze anos. A criação deste foi considerada um marco da educação de surdos no Brasil. No entanto, esse impulso na educação de surdos no Brasil, após meio século, sofreu severas mudanças e em 1911, foi adotada a política internacional de educação de surdos, cujo método de ensino era o oralismo.

Após quase seis décadas do oralismo, no final da década de 1970, as pesquisas referentes à língua brasileira de sinais emergem de modo significativo no Brasil, tendo como foco primeiramente a Comunicação Total e, posteriormente, o Bilinguismo (RAMOS, 2002, p. 2).

Nesse contexto, no início do século XXI, no ano de 2002, é aprovada a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que garante o uso da Libras – Língua Brasileira de Sinais em toda a nação.

E em 22 de dezembro de 2005 é aprovado o decreto 5626 em que é mencionado que

a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

a Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste decreto (QUADROS, 2004, p.19).

O decreto 5626/2005 consolida avanços das lutas sócio educacionais, linguísticas e políticas dos surdos no Brasil, garantindo o uso da Libras nas escolas como primeira língua. O decreto possibilita vir à cena a proposta da educação bilíngue para os surdos, colocando em evidência a questão linguística e suas especificidades. Desse modo às crianças surdas brasileiras têm o acesso à educação em língua brasileira de sinais que “é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo”. (QUADROS, 2004, p.19)

Desse modo, ao ser inserida no contexto educacional em língua brasileira de sinais, a criança passa a ter possibilidade de acesso e compreensão de si e do meio que interage como positiva.

A diferença, neste contexto, pode ser mostrada como positiva e como um espaço de ganhos para aqueles que compartilham modos de coexistir, de aprender. O modelo de “imersão de mão dupla”, por exemplo, onde sujeitos de duas línguas diferentes aprendem no mesmo espaço educacional. Sair do lugar hegemônico para o lugar do outro, aprender com outro pela sua concepção de mundo, conviver em meio a lugares de deslocamento de poder, pela perspectiva de compreensão de relações e saberes do outro, pode possibilitar a existência de lugares convivência e aprendizados para grupos sociolinguísticos diferentes. (MCCLEARY, 2007, p. 291)

O surdo ao nascer em uma família ouvinte já enfrenta a barreira linguística e ao entrar na escola, se a mesma não tem como a língua de uso e de ensino a Libras, a criança permanece em sua condição de invisibilidade em sua família, no ambiente escolar e em suas relações sociais.

Na escola, o processo educacional ganha ainda maior relevância no que se atribui à educação de surdos, uma vez que compreender o outro através de sua perspectiva torna-se ainda mais evidenciada quando se sabe que “entre as crianças surdas, 90% têm pais ouvintes”. (SILVA, 2007, p.280).

Nesse contexto de minoria linguística, e “pelo fato de a língua ser social”, a iniciação escolar em uma língua que não seja a sua língua materna, traz em si significações de grande importância na compreensão da educação de surdos no Brasil. Uma vez que o sujeito se desenvolve nas “relações entre língua e cultura, entre língua e classes sociais, e entre uma língua e outras línguas que estão em contato”. (VIOTTI 2007, p.10)

Desse modo o desenvolvimento das relações socioeducativas em ambiente escolar fica fragilizado, pois o surdo por vezes está diluído em um ambiente cujas representações sociais tem pouco significado para si.

Na relação com os adultos, a criança reconstrói internamente as formas culturais de ação e pensamento, palavras, valores e significados. Essa compreensão é fundamental para sublinhar a importância da mediação docente, bem como realizar um contraponto com posicionamentos que defendem o fato de que as experiências adquiridas no contexto cultural não influenciam as capacidades cognitivas” (CORRADI 2012, p. 80).

Assim, ao se propor que a psicopedagogia institucional esteja presente tanto no pensar das práticas escolares quanto na aplicação delas, está se propondo também pensar nas micro relações dentro do contexto educacional.

Dessa forma, o incentivo a ambientes educacionais estimuladores vem ao encontro da ação da psicopedagogia institucional e da compreensão de que as políticas públicas devam evidenciar em suas práticas o lugar de poder das minorias. Deslocar-se do lugar em que

a prática escolar tem sido, em geral, desenvolvida com base na ideia de aluno hipotético. Generalizações tendem a ser corriqueiras, prejudicando a emergência de visão mais realista, em que cada grupo apresenta determinadas características internas de raça, de classe, de gênero, de religião etc., produto de seu trajeto histórico- econômico-social, que pode vir a provocar conflitos, inseguranças,

divergências e a influir no seu processo identificatório como um todo (DORZIAT, 2011, p. 32).

A psicopedagogia institucional enquanto saber que atravessa o campo pedagógico contribui para a reflexão e expansão do modo como o surdo, os professores, a gestão e a família podem entrelaçar conhecimentos e viabilizar o processo educacional, com ênfase na garantia de direitos linguísticos e culturais do surdo e de sua família em meio a diversidade de sujeitos que compartilham o espaço educacional.

Psicopedagogia e desenvolvimento educacional da criança surda

A criança surda quando se insere no mundo escolar, traz consigo a bagagem de sua vivência existencial, assim como crenças e valores familiares, dos grupos sociais dos quais participa, sendo que no ambiente escolar, a subjetividade da criança encontra-se em meio a várias práticas pedagógicas. No entanto,

o sistema educacional, ao contrário do que se propala, sempre foi dos setores da sociedade mais voltados para a manutenção do poder vigente. Mesmo proclamada pelo seu caráter humanizador, a educação formal esteve contrariamente encerrada entre discursos progressistas e práticas alienantes (DORZIAT, 2011, p. 32).

Nesse contexto, o entendimento da criança surda acontece de forma ampla e ao mesmo tempo profunda. Ela é um ser ímpar e com seu potencial de compreender e se manifestar no mundo.

O desenvolvimento pleno da criança surda está incluso na perspectiva de que as relações humanas se desenvolvem por meio de todas as possibilidades cognitivas e sensoriais, perceptivas e percepções sensoriais das crianças surdas estão integradas à sua linguagem, ao modo como veem a si, como veem o outro. Desse modo a linguagem exerce um papel fundamental na constituição da criança. É por meio dela que a criança aprende conceitos, valores e se inventa na humanidade.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento das crianças surdas no contexto escolar é bastante preocupante, visto que elas estão inseridas em escolas em que a maioria dos sujeitos utiliza uma língua diferente da sua. As práticas pedagógicas estão em uma modalidade

linguística diferente da sua – Libras modalidade visuoespacial. O que provavelmente tem contribuído para os alarmantes dados estatísticos em relação à frequência de surdos na escola. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no censo realizado em 2010, mostra que apenas 3,37% da população surda brasileira frequenta a escola.²

A porcentagem estatística identificada pelo IBGE expõe o processo educacional de exclusão vivenciado pelos surdos no Brasil, que fazem parte dos grupos que são considerados parte dos índices de fracasso escolar.

Desse modo os dados estatísticos oficiais apenas mostram o lugar da sociedade majoritária que continua a

Rotular e estigmatizar os surdos, as práticas pedagógicas continuam intocadas, ou seja, o problema não está na escola, mas no outro, que não consegue alcançar condições de igualdade que lhe foram dadas. Na maioria dos eventos, podemos observar que a escola não só continua valorizando a percepção oroauditiva, como também continua construindo discurso de fracasso a partir do outro (DORZIAT, 2011, p. 49).

Nesta lacuna, entre o sujeito surdo e escola, a psicopedagogia se torna um elo importante para que a criança surda alcance o conhecimento e o saber como as demais crianças inseridas na escola. Possibilitando a escola realizar seu planejamento pelo viés do entendimento do sujeito pelo seu potencial sócio cognitivo.

Machado (2008) comenta que:

a escola necessita refletir sobre o seu papel na sociedade e definir qual é o modelo social defendido por ela e a quem representa, pois, apesar de aceitar todos os indivíduos, ela não consegue mantê-los em seu interior. Pode-se dizer, inclusive, que a instituição escola expulsa uma grande parcela de seus alunos. Para ilustrar essa afirmação, basta verificar o alto índice de reprovação das camadas populares nas escolas (Machado, 2008, p.77).

Em relação à educação de surdos, a psicopedagogia no âmbito institucional em sua forma interdisciplinar vem contribuir de modo significativo na compreensão e estímulo aos

² Acesso à internet em: 25.06.2014.

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3434&z=cd&o=13&i=P>

demais profissionais da educação para o entendimento de que quando o surdo utiliza a Libras e está inserido em um meio que o valoriza, tem ganhos tanto pelo aspecto do desenvolvimento cognitivo, de relação social, quanto aos aspectos subjetivos que elevam sua autoestima, corroborando para que o sujeito acesse e usufrua dos direitos no contexto socioeducativo de forma ampla.

Machado (2008) menciona que:

visualizar uma escola plural, em que todos que a integram tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores e produtos de uma cultura. Em outras palavras, talvez seja o momento de pensar em instituições de ensino que sejam de fato autônomas [...] (MACHADO, 2008, p.78).

Assim, pensar em psicopedagogia institucional no contexto da educação de surdos é pensar também que “deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da língua dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acessos ao ensino da língua de sinais de seu país”. (LIMA 2006, p. 11)

Ao enfatizarmos a importância da psicopedagogia e o desenvolvimento educacional da criança surda, é pertinente contemplar os diversos processos envolvidos no campo educacional. Analisarmos esse processo de modo entrelaçado entre gestão, currículo, práticas pedagógicas, o aluno, a família e os contextos subjetivos imersos nesse contexto.

A aquisição de linguagem e o desenvolvimento linguístico de crianças de crianças surdas

O desenvolvimento da criança surda está intimamente vinculado à formação de conceito e sua contextualização de mundo. Sendo que o processo de aquisição de linguagem “em crianças surdas adquirindo Língua de Sinais ocorre de forma contínua, refletindo a capacidade para a linguagem que faz parte da faculdade humana”. (QUADROS & STUMPF, 2009, p.15)

Desde o nascimento a criança inicia seu contato com o meio, recebendo e processando informações e interferindo no meio também. Conforme Quadros (1997), assim como as

crianças ouvintes, as crianças surdas apresentam os estágios de desenvolvimento linguístico, sendo eles:

o balbucio: Os bebês ouvintes apresentam o balbucio oral e os bebês surdos apresentam o balbucio manual.

estágio de um sinal: nessa fase, a criança se refere aos objetos apontando, segurando, olhando e tocando-os.

estágio das primeiras combinações: surgem as primeiras combinações de sinais por volta de 2 anos nas crianças surdas. Ela aponta, olha, toca, identifica as coisas sobre as quais ela deixou de dizer.

estágio de múltiplas combinações: entre os 2 anos e 6 meses e os 3 anos, as crianças começam a produzir muitas palavras, a criança surda ainda não usa os pronomes identificados espacialmente para se referir a pessoas e aos objetos que não estejam fisicamente presentes (QUADROS, 1997, p. 70-73) apud (QUADROS e CRUZ 2011 p. 18-21)

Desse modo o desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança surda está relacionado aos diferentes contextos por ela vivenciados:

o primeiro que se apresenta é o do lar, onde os pais podem ser ouvintes que usam a língua de sinais ou não; ser surdos ou apenas um deles ser surdo; ter familiares surdos ou não, ter relações com outros surdos ou não.

o segundo contexto possível é o da escola, que pode oferecer um ambiente linguístico na língua de sinais por meio de surdos adultos, por meio de profissionais fluentes na língua.

por outro lado, há possibilidade de a criança estar em uma escola em que o único modelo de língua de sinais seja o intérprete, se houver.

dependendo das experiências nesses diferentes contextos, as crianças apresentarão implicações no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem. (QUADROS e CRUZ, 2011, p. 26).

Esse conjunto de ausências de informações contribui para as condições que os surdos se encontram, seja enquanto minoria linguística em seu país ou maioria dos lares em que vivem.

Desse modo, percebe-se que a variabilidade do desenvolvimento linguístico da criança surda está relacionada à compreensão que a família tem em relação ao filho surdo.

Na atualidade

varias crianças têm acesso à língua de sinais em idade escolar, iniciando a aquisição da linguagem tardiamente, após o período crítico de aquisição da linguagem, e

consequentemente, apresentando um atraso significativo no seu desenvolvimento linguístico e possíveis dificuldades emocionais e na aprendizagem” (QUADROS e CRUZ, 2011, p 27).

Nesse contexto, percebe-se o quanto os componentes familiares, sociais e educativos influenciam no desenvolvimento da criança surda. Se a criança tem a possibilidade de se desenvolver espontaneamente, se seus pais buscam aprender a língua de sinais, “intensificam-se as trocas comunicativas entre pais e filho surdo e, gradualmente, as observações em relação à evolução do desenvolvimento linguístico” (QUADROS & CRUZ, 2011, p.38).

Assim a criança surda quando compreendida em suas diversas possibilidades de apropriação de saberes, via sua língua e seu modo de vida, é estimulada ao desenvolvimento sociocultural e potencializada enquanto sujeito de si.

Metodologia

A opção metodológica desse artigo foi à pesquisa bibliográfica-descritiva e teve como base a averiguação de aspectos relacionados à educação de surdos e às práticas psicopedagógicas institucionais, com ênfase nos aspectos históricos, mitológicos e culturais. Buscamos

construir um discurso crítico e auto reflexivo que procure constantemente redefinir e criticar o trabalho já feito, repensar mecanismos de descrição, de definição, de predição e controle das conclusões a que se chega, bem como ter um papel desmistificante em face de textos culturalmente construídos e dos mitos e ideologias que lhes subjazem (BAPTISTA, 2009, p. 459).

Evidenciaram-se, neste estudo, no contexto da opção metodológica possíveis encontros entre a psicopedagogia, no aspecto institucional e a educação de surdos, que no Brasil é norteadada pelos estudos culturais.

Considerações Finais

Propor à temática “Psicopedagogia Institucional e Educação de Surdos no Brasil – Possíveis Encontros” é refletir sobre a perspectiva linguística do surdo e os saberes que a psicopedagogia institucional se aporta em relação à educação de surdos. Sugerir a discussão no contexto educacional em que o surdo está inserido nos possibilita a aproximação de percepções existenciais e valores culturais do qual estamos imersos.

Nesse contexto, a psicopedagogia institucional com sua interface interdisciplinar contribui na proposição de saberes e práticas escolares, assim como nos processos educacionais, atuando de forma preventiva em possíveis vieses de compreensão sobre o aluno surdo, colaborando no entendimento do surdo como ser pleno e possibilitando que suas habilidades possam emergir.

A psicopedagogia institucional contribui, também, no pensar à escola com um olhar em que a diferença seja positiva e compartilhada com os demais. Que a diferença possa ser compreendida como um ganho para todos.

A psicopedagogia no contexto institucional é semelhante aos pontos que entrelaçam uma teia, pode colaborar na educação de surdos como aquele espaço em que os saberes se encontram, dialogam e possibilitam o emergir de uma educação em que o foco é o sujeito linguístico.

Compreendemos que há um longo caminho a percorrer nesse sentido, pois a os processos educacionais continuam a multiplicar-se na visão em que o sujeito tem sido visto como alguém a atender as exigências da sociedade contemporânea.

Desse modo, esse artigo pretende cooperar com essa discussão e promover a emersão de outros saberes que venham a colaborar com a educação de surdos no Brasil.

Referências

ARAÚJO, R. **Psicologia da Educação**. FTC - EaD Faculdade de Tecnologia e Ciências - Educação a Distância Democratizando a Educação, 2009 p. 63.

BAPTISTA, M.M. **Estudos culturais: o quê e o como da investigação**, Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement, n° spécial, automne / hiver 2009, pp. 451-461. Disponível em: <http://carnets.web.ua.pt>. Acesso em 20 outubro de 2014.

CORRADI, J. A. **A Importância no aprendizado do aluno surdo sobre a mediação do instrutor/surdo**. 2012. p. 80, 86. Diálogos & Saberes, Mandaguari. Disponível em: <http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/viewFile/186/101>. Acesso em 22 outubro de 2014.

DORZIAT, A. et.al. – **Estudos Surdos:– Diferentes Olhares**. Editora Mediação Distribuidora e Livraria Ltda. Porto Alegre, 2011, p. 32, 49.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir – **História da Violência nas Prisões**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996. p.29.

LEITE, T. A. **Língua, Identidade e Educação de Surdos**. Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia da USP. Ano 2, Versão 2.0, fevereiro de 2008. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1912> . Acesso em: 29 de outubro de 2014.

LIMA, M.C.A et. al - **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. 4. ed. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. p.11, 54. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2014.

MACHADO, P.C. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.p. 77, 78,88, 100.

MCCLEARY, L. **Bilinguismo para surdos: Brega ou Chique?** In Anais: V Congresso Internacional e XI Seminário Nacional Do INES. 2007. Disponível em: www.mendeley.com/profiles/leland-mccleary/288-293 . Acesso em 05 de agosto de 2014.

MCCLEARY, L. **Sociolinguística**. Curso de Licenciatura em Letras-Libras, 2007 – p.25-28-UFSC.

QUADROS, R.M - **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC, 2004. p. 19.

QUADROS, R.M & CRUZ, C.R. – **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. Porto alegre: Artmed, 2011. p. 18-21, 26, 38, 39.

QUADROS, R.M. & KARNOPP, L.B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R.M. & STUMPF. **Estudos Surdos IV** – Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2009. p.15.

RAMOS, C.R. **LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros.** Editora Arara Azul Ltda. Petrópolis – RJ. <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>. Publicado em 2002. Acesso em 02 de agosto de 2014. p. 2

SILVA, A.B.O. et al. **Mães Ouvintes com Filhos Surdos: Concepção de Surdez e Escolha da Modalidade de Linguagem.** Psicologia: teoria e Pesquisa jul-Set, 2007, Vol.23 n.3 p.279-286.

VIEIRA, L., & BONITO, J. Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem em sala de aula sob a ótica da psicopedagogia: estudo de caso. In O. Magalhães e A. Folque (Orgs), **Práticas de investigação em Educação.** Évora: Departamento de Pedagogia e Educação, 2012.

VIOTTI, E. **Introdução aos Estudos Linguísticos.** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão / UFSC. Centro de Educação / UFSC. Curso de Licenciatura em Letras-Libras. 2007, p. 10.